



EDITAL 004/2021

I PROCESSO SELETIVO PARA ESTÁGIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO PARA ATUAÇÃO NO NÚCLEO DA ZONA RURAL DE SÃO LUÍS

O **SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO MARANHÃO**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o **I PROCESSO SELETIVO PARA ESTÁGIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO PARA ATUAÇÃO NO NÚCLEO DA ZONA RURAL DE SÃO LUÍS**, resolve:

Art. 1º - DIVULGAR o caderno de questões do **I PROCESSO SELETIVO PARA ESTÁGIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO PARA ATUAÇÃO NO NÚCLEO DA ZONA RURAL DE SÃO LUÍS**, conforme **ANEXO I** deste edital;

Art. 2º - DIVULGAR o gabarito da prova objetiva, conforme **ANEXO II** deste edital;

Art. 3º - INFORMAR que os recursos em face do **GABARITO** deverão ser interpostos eletronicamente, dia 28/05/2021, em formato PDF, por meio do endereço eletrônico seletivos2021@ma.def.br;

Art. 4º - O presente Edital será **PUBLICADO** no site da DPE/MA.

São Luís, 27 de maio de 2021

GABRIEL SANTANA FURTADO SOARES

Subdefensor Público-Geral do Estado do Maranhão





ANEXO I

Seleção de Pós-Graduação – Núcleo da Zona Rural de São Luís/MA

Questões objetivas:

1) De acordo com o Código Civil, sobre os direitos da personalidade, responda:

I - O nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, salvo quando não haja intenção difamatória.

II - O pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome.

III - Por exigência médica, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes.

- a) Apenas o item II é o CORRETO.
- b) Os itens I e II estão INCORRETOS.
- c) Os itens I, II e III estão INCORRETOS.
- d) Os itens I, II e III estão CORRETOS.
- e) Os itens II e III estão CORRETOS.

2) São pessoas jurídicas de direito privado, salvo:

- a) As fundações.
- b) As empresas individuais de responsabilidade ilimitada.
- c) As sociedades.
- d) Os partidos políticos.
- e) As organizações religiosas.

3) Sobre negócio jurídico, assinale a resposta CORRETA:

- a) As partes não poderão livremente pactuar regras de interpretação, de preenchimento de lacunas e de integração dos negócios jurídicos diversas daquelas previstas em lei.
- b) A interpretação do negócio jurídico deve lhe atribuir o sentido que for mais benéfico à parte que não redigiu o dispositivo, se identificável.
- c) A manifestação de vontade não subsiste se o seu autor haja feito a reserva mental de não querer o que manifestou, salvo se dela o destinatário tinha conhecimento.
- d) Nas declarações de vontade se atenderá mais ao sentido literal da linguagem do que a intenção nelas consubstanciada.
- e) A impossibilidade inicial do objeto não invalida o negócio jurídico se for absoluta, ou se cessar antes de realizada a condição a que ele estiver subordinado.

4) Sobre alimentos, dano moral e bem de família, consoante entendimentos do STJ, marque a alternativa INCORRETA:

- a) Os efeitos da sentença que reduz, majora ou exonera o alimentante do pagamento retroagem à data da citação, vedadas a compensação e a repetibilidade.
- b) Caracteriza dano moral a apresentação antecipada de cheque pré-datado.





- c) A obrigação alimentar dos avós tem natureza complementar e subsidiária, somente se configurando no caso de impossibilidade total ou parcial de seu cumprimento pelos pais.
- d) É válida a penhora de bem de família pertencente a fiador de contrato de locação.
- e) A vaga de garagem não constitui bem de família para efeito de penhora.

5) Sobre direito de família, assinale a assertiva CORRETA:

- a) Não devem casar a viúva, ou a mulher cujo casamento se desfez por ser nulo ou ter sido anulado, até doze meses depois do começo da viuvez, ou da dissolução da sociedade conjugal.
- b) O divórcio modificará os direitos e deveres dos pais em relação aos filhos.
- c) A pessoa com deficiência mental ou intelectual em idade núbia poderá contrair matrimônio, expressando sua vontade diretamente ou por meio de seu responsável ou curador.
- d) As causas suspensivas da celebração do casamento podem ser arguidas pelos parentes em linha reta de um dos nubentes, sejam consanguíneos ou afins, e pelos colaterais até terceiro grau, sejam também consanguíneos ou afins.
- e) A sentença que decretar a nulidade do casamento retroagirá à data da citação, sem prejudicar a aquisição de direitos, a título oneroso, por terceiros de boa-fé, nem a resultante de sentença transitada em julgado.

6) Tício dirigia seu veículo com velocidade compatível com a via que trafegava e foi surpreendido pela travessia de Mévio, que caminhava fora da faixa destinada aos pedestres. Naquele momento, Mévio utilizava o telefone móvel para o envio de mensagem de texto e não observou a aproximação do veículo conduzido por Tício. Para evitar o atropelamento, Tício teve de efetuar manobra brusca, o que culminou na colisão com o veículo de Ana, que estava devidamente estacionado. Diante de tal situação, à luz da responsabilidade civil, assinale a opção CORRETA:

- a) A conduta de Tício foi ilícita, razão pela qual surge a obrigação de indenizar Ana.
- b) A responsabilidade civil pelo acidente deve ser imputada diretamente a Mévio.
- c) A excludente de responsabilidade do fortuito incide em favor de Mévio.
- d) A conduta de Tício foi lícita; contudo, nessa situação, há obrigação de indenizar Ana.
- e) Tício agiu no exercício regular do direito, razão pela qual não será obrigado a indenizar Ana.

7) O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece regras sobre autorização para viajar. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A autorização não será exigida quando a criança ou o adolescente menor de 14 (quatorze) anos estiver acompanhado.
- b) Quando se tratar de viagem ao exterior, a autorização é dispensável, se a criança ou adolescente estiver acompanhado de ambos os pais ou responsável.
- c) Sem prévia e expressa autorização judicial, nenhuma criança ou adolescente nascido em território nacional poderá sair do País em companhia de estrangeiro residente ou domiciliado no exterior.
- d) A autoridade judiciária poderá, a pedido dos pais ou responsável, conceder autorização válida por dois anos.
- e) A autorização não será exigida quando de ascendente ou colateral maior, até o terceiro grau, comprovado documentalmente o parentesco.

8) Ainda, sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, consoante os entendimentos do STJ, marque a alternativa CORRETA:





- a) A superveniência da maioridade penal não interfere na apuração de ato infracional nem na aplicabilidade de medida socioeducativa em curso, inclusive na liberdade assistida, enquanto não atingida a idade de 21 anos.
- b) A configuração do crime do art. 244-B do ECA depende da prova da efetiva corrupção do menor, mesmo em se tratando de delito formal.
- c) Não é necessária a oitiva do menor infrator antes de decretar-se a regressão da medida socioeducativa.
- d) O ato infracional análogo ao tráfico de drogas conduz obrigatoriamente à imposição de medida socioeducativa de internação do adolescente.
- e) A prescrição penal é inaplicável nas medidas socioeducativas.

9) De acordo com o Código de Processo Civil, a competência do foro para ação de divórcio, separação, anulação de casamento e reconhecimento ou dissolução de união estável é:

- I - de domicílio do guardião de filho incapaz.
- II - do último domicílio do casal, caso não haja filho incapaz.
- III - de domicílio do réu, se nenhuma das partes residir no antigo domicílio do casal.
- IV - de domicílio da vítima de violência doméstica e familiar, nos termos da Lei Maria da Penha.

- a) Apenas os itens I e III estão CORRETOS.
- b) Apenas o item II está INCORRETO.
- c) Os itens I, II, III e IV estão INCORRETOS.
- d) Os itens I, II, III e IV estão CORRETOS.
- e) Os itens I, II e III estão CORRETOS.

10) Sobre gratuidade da justiça e defensoria pública, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A requerimento da Defensoria Pública, o juiz determinará a intimação pessoal da parte patrocinada quando o ato processual depender de providência ou informação que somente por ela possa ser realizada ou prestada.
- b) O membro da Defensoria Pública será civil e solidariamente responsável quando agir com dolo ou culpa no exercício de suas funções.
- c) Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida por pessoa natural ou jurídica.
- d) O direito à gratuidade da justiça se estende ao sucessor do beneficiário, independentemente de requerimento e deferimento expressos.
- e) A concessão de gratuidade afasta o dever de o beneficiário pagar, ao final, as multas processuais que lhe sejam impostas.

11) Consoante entendimentos do STJ sobre ação possessória, sujeitos do processo, legitimidade, recursos, gratuidade, processo de execução e competência no âmbito processual civil, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O ente público detém legitimidade e interesse para intervir, incidentalmente, na ação possessória entre particulares, podendo deduzir qualquer matéria defensiva, salvo, o domínio.
- b) O Ministério Público tem legitimidade ativa para atuar na defesa de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores, salvo se decorrentes da prestação de serviço público.
- c) É necessário ratificar o recurso especial interposto na pendência do julgamento dos embargos de declaração, quando inalterado o resultado anterior.





- d) Os honorários sucumbenciais, quando omitidos em decisão transitada em julgado, não podem ser cobrados em execução ou em ação própria.
- e) Compete a Justiça Federal processar e julgar prefeito por desvio de verba transferida e incorporada ao patrimônio municipal.

12) Sobre processo civil coletivo e ação civil pública, assinale a resposta INCORRETA:

- a) Os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial.
- b) Nas ações civis públicas, não haverá adiantamento de custas, emolumentos, honorários periciais e quaisquer outras despesas, nem condenação da associação autora, salvo comprovada má-fé, em honorários de advogado, custas e despesas processuais.
- c) Para instruir a inicial, o interessado poderá requerer às autoridades competentes as certidões e informações que julgar necessárias, a serem fornecidas no prazo de 30 (trinta) dias.
- d) O Ministério Público, se não intervier no processo como parte, atuará obrigatoriamente como fiscal da lei.
- e) Fica facultado ao Poder Público e a outras associações legitimadas nos termos deste artigo habilitar-se como litisconsortes de qualquer das partes.

13) No âmbito penal, no que tange à aplicação da pena e princípios, consoante entendimentos do STJ, marque a alternativa INCORRETA:

- a) É vedada a utilização de inquéritos policiais e ações penais em curso para agravar a pena-base.
- b) Fixada a pena-base no mínimo legal, é vedado o estabelecimento de regime prisional mais gravoso do que o cabível em razão da sanção imposta, com base apenas na gravidade abstrata do delito.
- c) É inaplicável o princípio da insignificância nos crimes ou contravenções penais praticados contra a mulher no âmbito das relações domésticas.
- d) A mera folha de antecedentes criminais não é documento suficiente a comprovar os maus antecedentes e a reincidência, sendo necessário demais elementos de prova.
- e) A incidência da atenuante da confissão espontânea no crime de tráfico ilícito de entorpecentes exige o reconhecimento da traficância pelo acusado, não bastando a mera admissão da posse ou propriedade para uso próprio.

14) De acordo com o Código Penal, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado. O dever de agir incumbe a quem com seu comportamento anterior, evitou o risco da ocorrência do resultado.
- b) O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime isenta de pena, mas permite a punição por crime doloso.
- c) O desconhecimento da lei não é circunstância atenuante da pena.
- d) O curso da prescrição interrompe-se pelo oferecimento da denúncia ou da queixa.
- e) Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços.

15) Com relação à prescrição e extinção da punibilidade assinale a alternativa CORRETA:





- a) Extingue-se a punibilidade pela renúncia do direito de queixa ou pelo perdão aceito, nos crimes de ação privada e pública condicionada à representação.
- b) A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime, verificando-se em quatro anos, se o máximo da pena é igual a um ano ou, sendo superior, excede a dois.
- c) São reduzidos de metade os prazos de prescrição quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de 21 (vinte e um) anos, ou, na data da sentença, igual ou maior de 70 (setenta) anos.
- d) A sentença que conceder perdão judicial será considerada para efeitos de reincidência.
- e) A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, começa a correr no caso de tentativa, do dia em que cessou a atividade criminosa.

16) Com relação aos crimes de que tratam a Lei nº 11.340/2006 (traz mecanismos que visam coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher), é INCORRETO afirmar:

- a) As formas de violência doméstica e familiar contra a mulher estão taxativamente previstas no art. 7º da Lei nº 11.340/2006, não sendo objeto de medidas protetivas de urgência outras senão aquelas elencadas nesse dispositivo.
- b) Nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida de que trata a Lei no 11.340/2006, só será admitida a renúncia à representação perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade, antes do recebimento da denúncia.
- c) O crime de lesão corporal leve ou culposa, praticado mediante violência doméstica (CP, art. 129, § 9º), é de ação penal pública incondicionada.
- d) É vedada a aplicação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa.
- e) Vínculos afetivos que refogem ao conceito de família e de entidade familiar nem por isso deixam de ser marcados pela violência. Assim, namorados e noivos, mesmo que não vivam sob o mesmo teto, mas resultando a situação de violência do relacionamento, faz com que a mulher mereça o abrigo da Lei Maria da Penha.

17) Com base na Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006) e entendimentos do STJ, é CORRETO afirmar:

- a) A conduta prevista no art. 28 da Lei nº 11.343/2006 não admite transação penal e nem suspensão condicional do processo.
- b) A inobservância do rito procedimental que prevê a apresentação de defesa prévia antes do recebimento da denúncia gera nulidade absoluta, independentemente de demonstrados eventuais prejuízos suportados pela defesa.
- c) Para a caracterização do crime de associação para o tráfico não é necessário o dolo de se associar com estabilidade e permanência.
- d) Não acarreta *bis in idem* a incidência simultânea das majorantes previstas no art. 40 aos crimes de tráfico de drogas e de associação para fins de tráfico, porquanto são delitos autônomos, cujas penas devem ser calculadas e fixadas separadamente.
- e) A natureza e a quantidade da droga podem ser utilizadas simultaneamente para justificar o aumento da pena-base e afastar a redução prevista no §4º da Lei nº 11.343/2006.

18) Sobre inquérito policial e ação penal, conforme entendimentos do STF e STJ, marque a alternativa INCORRETA:





- a) É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.
- b) A superveniência da sentença condenatória não prejudica o pedido de trancamento da ação penal por falta de justa causa feito em habeas corpus.
- c) A decisão que determina a produção antecipada de provas com base no art. 366 do CPP deve ser concretamente fundamentada, não a justificando unicamente o mero decurso do tempo.
- d) Para a ação penal por ofensa à honra, sendo admissível a exceção da verdade quanto ao desempenho de função pública, prevalece a competência especial por prerrogativa de função, ainda que já tenha cessado o exercício funcional do ofendido
- e) É concorrente a legitimidade do ofendido, mediante queixa, e do Ministério Público, condicionada à representação do ofendido, para a ação penal por crime contra a honra de servidor público em razão do exercício de suas funções.

19) Sobre o acusado e seu defensor no Código de Processo Penal, marque a alternativa CORRETA:

- a) A defesa técnica, quando realizada por defensor público ou dativo, dispensa manifestação fundamentada.
- b) A constituição de defensor independerá de instrumento de mandato, se o acusado o indicar por ocasião do interrogatório.
- c) O acusado, mesmo pobre, fica obrigado a pagar os honorários do defensor dativo, arbitrados pelo juiz.
- d) Em determinadas situações, o acusado, ainda que ausente ou foragido, será processado ou julgado sem defensor.
- e) A audiência não poderá ser adiada se, por motivo justificado, o defensor não puder comparecer.

20) Marque a opção INCORRETA. No procedimento do júri, o Juiz pronunciará o acusado, todavia, fundamentadamente o absolverá desde logo quando:

- a) Provada a inexistência do fato.
- b) Não se convencer da existência de indícios suficientes da autoria ou de participação.
- c) O fato não constituir infração penal.
- d) Demonstrada a causa de isenção de pena.
- e) Provado não ser ele autor ou partícipe do fato.

21) Sobre as prisões, o STJ possui entendimentos consolidados, salvo:

- a) A prisão cautelar deve ser fundamentada em elementos concretos que justifiquem, efetivamente, sua necessidade.
- b) A prisão preventiva pode ser decretada em crimes que envolvam violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, para o fim de garantir a execução das medidas protetivas de urgência.
- c) A alusão genérica sobre a gravidade do delito, o clamor público ou a comoção social não constituem fundamentação idônea a autorizar a prisão preventiva.





d) A prisão preventiva é legítima nos casos em que a sanção abstratamente prevista ou imposta na sentença condenatória recorrível não resulte em constrição pessoal, por força do princípio da homogeneidade.

e) A segregação cautelar é medida excepcional, mesmo no tocante aos crimes de tráfico de entorpecente e associação para o tráfico, e o decreto de prisão processual exige a especificação de que a custódia atende a pelo menos um dos requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal.

22) Em relação aos entendimentos sumulados pelo STJ sobre efeitos da condenação, competência, recursos em matéria criminal e execução da sentença, assinale a resposta INCORRETA:

a) A execução da pena restritiva de direitos depende do trânsito em julgado da condenação.

b) A competência para processar e julgar o crime de uso de documento falso é firmada em razão da entidade ou órgão ao qual foi apresentado o documento público, sendo necessária a qualificação do órgão expedidor.

c) O mandado de segurança não se presta para atribuir efeito suspensivo a recurso criminal interposto pelo Ministério Público.

d) Não fere o contraditório e o devido processo decisão que, sem ouvida prévia da defesa, determine transferência ou permanência de custodiado em estabelecimento penitenciário federal.

e) A superveniência da sentença condenatória prejudica o pedido de trancamento da ação penal por falta de justa causa feito em habeas corpus.

23) Sobre direitos e garantias fundamentais, assinale a resposta CORRETA:

I- A lei penal não retroagirá, senão em benefício do réu.

II- A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível.

III- Haverá júízos ou Tribunais de Exceção.

a) Somente a alternativa I está CORRETA.

b) As alternativas II e III estão CORRETAS.

c) As alternativas I e II estão CORRETAS.

d) Todas alternativas estão CORRETAS.

e) Todas alternativas estão INCORRETAS.

24) Sobre organização dos poderes e poder legislativo, assinale a alternativa INCORRETA:

a) A representação de cada Estado e do Distrito Federal será renovada de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços.

b) Compete privativamente à Câmara dos Deputados autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.

c) Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Casa respectiva, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão.

d) Perderá o mandato o Deputado ou Senador que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Casa a que pertencer, salvo licença ou missão por esta autorizada.

e) As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos





Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto, mediante requerimento de dois terços de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

25) Assinale a alternativa CORRETA. Compete ao Superior Tribunal de Justiça:

- a) Julgar, em recurso ordinário os habeas corpus decididos em única instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão não for denegatória.
- b) Processar e julgar, originariamente nos crimes comuns e de responsabilidade, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal, e, nos crimes comuns, os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, os membros dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, os dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Trabalho, os membros dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios e os do Ministério Público da União que oficiem perante tribunais
- c) Julgar, em recurso especial, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal.
- d) Julgar, em recurso especial as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País.
- e) Julgar, em recurso ordinário, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal.

26) Sobre os entendimentos vinculantes do STF, assinale a resposta CORRETA:

- a) É constitucional lei estadual que, a título de incentivo fiscal, retém parcela do ICMS pertencente aos municípios.
- b) É constitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.
- c) A cobrança de taxa de matrícula nas universidades públicas não viola o disposto no art. 206, IV, da Constituição Federal.
- d) A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a constituição.
- e) A Justiça do Estadual é competente para processar e julgar ação possessória ajuizada em decorrência do exercício do direito de greve pelos trabalhadores da iniciativa privada.

27) Em relação aos princípios e direitos fundamentais estabelecidos pela CF/1988, assinale a resposta INCORRETA:

- a) O princípio da inafastabilidade da jurisdição estabelece que a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.





- b) Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória, trata-se do princípio da presunção da inocência.
- c) Conceder-se-á “*habeas-data*” para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativa.
- d) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, sendo necessária autorização e desde que não frustre outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.
- e) Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.

28) Sobre Defensoria Pública e Advocacia, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.
- b) Lei complementar organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios e prescreverá normas gerais para sua organização nos Estados, em cargos de carreira, providos, na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a seus integrantes a garantia da inamovibilidade e vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.
- c) Às Defensorias Públicas Estaduais são asseguradas independência funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.
- d) A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbendo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados.
- e) São princípios institucionais da Defensoria Pública a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

29) Com base na Lei Complementar Federal nº 80/1994, são funções institucionais da Defensoria Pública, salvo:

- a) Prestar orientação jurídica e exercer a defesa dos necessitados, em todos os graus.
- b) Representar aos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos, postulando perante seus órgãos.
- c) Exercer a curadoria especial nos casos previstos em lei.
- d) Atuar na preservação e reparação dos direitos de pessoas vítimas de tortura, abusos sexuais, discriminação ou qualquer outra forma de opressão ou violência, propiciando o acompanhamento e o atendimento interdisciplinar das vítimas.
- e) A primazia da dignidade da pessoa humana e a redução das desigualdades sociais.





30) São garantias dos membros da Defensoria Pública do Estado, exceto:

- a) A independência funcional no desempenho de suas atribuições.
- b) A inamovibilidade.
- c) A autonomia administrativa.
- d) A irredutibilidade de vencimentos.
- e) A estabilidade.

Questões discursivas:

- 1) Sobre a atuação da Defensoria Pública como instituição interveniente, disserte sobre a sua condição de *amicus curiae* e *custos vulnerabilis*, estabelecendo diferenças e fornecendo exemplos. Seria possível atuação da Defensoria Pública como *custos vulnerabilis* em âmbito criminal?
- 2) No diálogo das fontes estabelecido entre Código Civil e Estatuto da Criança e do Adolescente, disserte sobre aspectos e diferenças dos institutos da guarda, tutela e adoção. Como se daria adoção nas situações em que os interessados se encontram fora do cadastro?
- 3) Tício fora preso por policiais, sendo suspeito de praticar o crime de roubo contra Mévio. Na Delegacia de Polícia, a vítima Mévio reconheceu Tício mediante apresentação de fotografias, sendo que a única pessoa que se encontrava na Delegacia seria Tício. Consoante o que dispõe o Código de Processo Penal, a prisão e eventual acusação contra Tício seria constitucional/legal? Sobre tal temática, como vem se posicionando o Superior Tribunal de Justiça? Disserte.
- 4) Diante de denúncias anônimas em face de Caio, policiais abordaram o mesmo e não encontraram nada de ilícito em seu poder. Ato contínuo, os policiais o levaram até a sua residência e durante as buscas, localizaram determinada porção de droga e uma munição de arma de fogo em um dos cômodos do imóvel. Frise-se que a esposa de Caio e sua filha de 2 (dois) anos presenciaram toda ação dos policiais. A atuação dos policiais seria constitucional/legal? Seria hipótese de flagrante delito? Sobre tal temática, como vem se posicionando o Superior Tribunal de Justiça? Disserte.





**ANEXO II
GABARITO**

GABARITO OBJETIVA (PÓS-GRADUAÇÃO)									
1 - A	2 - B	3 - B	4 - E	5 - C	6 - D	7 - A	8 - A	9 - D	10 - A
11 - D	12 - C	13 - D	14 - E	15 - E	16 - A	17 - D	18 - B	19 - B	20 - B
21 - D	22 - B	23 - C	24 - E	25 - C	26 - D	27 - D	28 - C	29 - E	30 - C

